



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

## PROJETO DE LEI Nº 136/91

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1992.

### CAPÍTULO I Das Diretrizes Gerais

Art. 1º – Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1992.

Art. 2º – As metas e as prioridades da Administração Pública Estadual para 1992 serão aquelas constantes no Plano Plurianual, relativo ao período de 1992 à 1995, a ser encaminhado para apreciação da Assembléia Legislativa até 30 de setembro de 1991, para dar cumprimento ao disposto no item I do artigo 22 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Art. 3º – O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Art. 4º – No projeto de Lei Orçamentária as receitas e as despesas serão estimadas segundo os preços vigentes em maio de 1991.

Parágrafo 1º – As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão estimadas segundo a taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1991.

Parágrafo 2º – Os valores de receita e despesa apresentados no projeto da Lei Orçamentária serão corrigidos automaticamente, antes do início da execução orçamentária, pela previsão da variação do índice oficial de inflação no período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 1991, explicitando-se os critérios adotados.

Art. 5º – Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1991, em especial:

I – Consolidação da Legislação relativa ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;

II – Concessão e redução de isenções fiscais;

III – Revisão das alíquotas dos tributos de competência estadual;

IV – Aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Art. 6º – As receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamentos e manutenção de atividades

e de bens públicos.

Art. 7º – Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º – Fica vedada aos Órgãos da Administração Direta e Indireta a previsão de recursos orçamentários destinados à concessão de subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

### CAPÍTULO II Do Orçamento Fiscal

Art. 9º – O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual.

Parágrafo 1º – Compreendem-se no Orçamento Fiscal as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Parágrafo 2º – A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Assembléia Legislativa, sendo que o montante dos recursos não poderá ser superior a três por cento da receita geral do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União, de conformidade com o artigo 138 da Constituição Estadual.

Parágrafo 3º – O Tribunal de Justiça elaborará a proposta, orçamentária do Poder Judiciário, sendo que o montante de recursos a ele destinado não poderá ser superior a seis por cento da receita geral do Estado, excluídos os precatórios, as operações de crédito e participações nas transferências da União, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 98 da Constituição Estadual.

Parágrafo 4º – O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro das normas desta lei, de conformidade com o artigo 115 da Constituição Estadual.

Art. 10 – Na elaboração do Orçamento Fiscal serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta lei.

Art. 11 – Nas despesas com pessoal e encargos sociais deverá ser observado o previsto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal e da Estadual, respectivamente.

Art. 12 – As programações custeadas com recursos oriundos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 13 – Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartida de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 14 – Nas despesas com serviços da dívida, exceto a mobiliária, deverão ser consideradas apenas as operações contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária anual à Assembléia Legislativa.

Art. 15 – Os recursos ordinários do Tesouro Estadual destinados ao atendimento de outras despesas correntes e de capital, exclusive serviços da dívida, deduzidas as vinculações legais constantes dos artigos 98, 138, 185, e 205 da Constituição Estadual, do artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 13 desta Lei, terão como fator limitador o grau de prioridades estabelecidas pela Administração Estadual.

### CAPÍTULO III

#### Do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 16 – O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial.

Art. 17 – Na elaboração do Orçamento Próprio da Administração Indireta serão observadas as disposições de que trata esta lei.

### CAPÍTULO IV

#### Do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista

Art. 18 – O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado juntamente com a respectiva programação orçamentária global, compreendendo suas receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

Art. 19 – Na elaboração do orçamento de que trata o artigo anterior deverão ser observadas as disposições de que trata esta lei.

### CAPÍTULO V

#### Das Disposições Gerais e Finais

Art. 20 – Na Lei Orçamentária Anual para 1992, a discriminação da despesa para os Orçamentos do Estado, será apresentada conforme o seguinte desdobramento:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais  
Juros e Encargos da Dívida  
Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida  
Outras Despesas de Capital

Art. 21 – A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesa, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 4º desta lei.

Art. 22 – No decorrer da execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder à correção dos valores constantes dos orçamentos, por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária.

Art. 23 – Na ausência das leis complementares previstas nos artigos 165, parágrafo 9º, e 192, da Constituição Federal, as programações das despesas de caráter administrativo dos Bancos Estaduais e de suas empresas vinculadas integrarão o projeto da Lei Orçamentária.

Art. 24 – Na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Art. 25 – No projeto da Lei Orçamentária não se admitirão emendas que:

I – Não sejam compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de acordo com o disposto no parágrafo 3º, item I, do artigo 134 da Constituição Estadual;

II – Transfiram dotações cobertas com receitas próprias de Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para atender programações do Orçamento Fiscal ou a serem desenvolvidas por outra entidade que não aquela geradora e/ou detentora do recurso;

III – Visem conceder dotações para instalação ou funcionamento de Órgão que não esteja legalmente constituído;

IV – Fixem despesas sem que seja definida a origem dos recursos;

V – Incluam metas sem que seja definido o seu custo, a preços de maio de 1991, e a origem de recursos para sua execução, com o consequente cancelamento ou redução de metas;

VI – Incluam em projetos ou atividades, metas não afins ao próprio e/ou finalidade dos mesmos;

VII – Indiquem recursos vinculados para cancelamento.

Art. 26 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.